

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE

Antônia Jucilene cândido Nobre¹, Daniele Holanda²

Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Kurios¹, jucycandido1@gmail.com

Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Vale do Acaraú²,

danieleholanda14@gmail.com

Introdução

A educação inclusiva constitui-se como um paradigma que pressupõe o direito inalienável de todos os discentes ao acesso, permanência e êxito no sistema regular de ensino. No cenário brasileiro atual, a discussão ultrapassa a simples inserção da Pessoa com Deficiência (PcD) no ambiente escolar, focando na eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais. O presente trabalho analisa a relevância da inclusão para a democratização do saber e os obstáculos persistentes que impedem a plena efetivação da Lei Berenice Piana (12.764/2012) e da Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015).

A educação inclusiva na contemporaneidade configura-se como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade democrática, fundamentando-se no direito inalienável de todo discente ao acesso e à permanência em um sistema de ensino que respeite suas singularidades. Embora marcos legais robustos, como a Lei Berenice Piana e a Lei Brasileira de Inclusão, garantam o suporte jurídico para a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, a prática pedagógica enfrenta desafios severos que vão desde a carência de infraestrutura adequada até a necessidade urgente de formação docente continuada. Nesse cenário, o grande embate reside em transcender a mera integração física do aluno para alcançar uma inclusão real e participativa, onde a diversidade seja compreendida não como um obstáculo, mas como uma riqueza inerente ao processo de aprendizagem coletiva. Analisaremos a relevância da educação inclusiva como direito fundamental na contemporaneidade, identificando os principais obstáculos estruturais, pedagógicos e atitudinais que permeiam a prática docente no ensino regular.

Inclusão é um ato de carinho e respeito às diferenças, que integra pessoas de diversas culturas, raças, gêneros e situações sociais, sempre respeitando suas singularidades. É a base para assegurar igualdade de oportunidades e direitos, removendo barreiras que impedem a plena participação social. Por meio de políticas públicas e práticas inclusivas, é possível criar ambientes acolhedores e respeitosos em diferentes contextos.

O Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686/2025, aprimorando a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Ele reforça o direito dos discentes com deficiência, TEA e altas habilidades à educação inclusiva na rede regular, com obrigatoriedade do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Projeto Educacional Individualizado (PEI). O decreto visa assegurar a permanência e a aprendizagem real, fortalecendo a inclusão na escola comum com os apoios necessários, ampliando assim métodos e possibilidades para um ensino aprendizagem com ênfase nas diversidades. O novo decreto garante atendimento a crianças de 0 a 3 anos, torna obrigatória a realização e atualização contínua do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Projeto Educacional Individualizado

(PEI) para os alunos. Exige formação continuada de no mínimo 360 horas para professores da sala de recursos e 180 horas para profissionais de apoio escola. Define o papel do profissional de apoio em consonância com o PAEE/PEI. Institui a Rede Nacional (RENI) com centros de referência para formação e apoio técnico, articulando educação, saúde e assistência.

A realização desta discussão justifica-se por entendermos que a educação inclusiva, presente na educação desde 1996 com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que estabeleceu os princípios e fins da educação na perspectiva da educação inclusiva, e vem ganhando força cotidianamente, embora ainda haja muitos desafios a serem ultrapassados, por meio da inclusão escolar de pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades nas escolas regulares como forma de promover uma educação para todos, igualitária e justa.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental. A metodologia para a efetivação desse referencial teórico fundamenta-se na Diferenciação Pedagógica e no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), estratégias que visam eliminar barreiras antes mesmo que elas se manifestem. Na prática, o processo inicia-se com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que mapeia as potencialidades e necessidades específicas do estudante, servindo de guia para a adaptação de materiais e objetivos curriculares. Em 2026, essa abordagem é potencializada pelo uso de Tecnologias Assistivas e recursos lúdicos, como a robótica educativa que permitem múltiplas formas de engajamento e expressão.

A base teórica deste estudo ancora-se na concepção de que a escola deve se adaptar ao aluno, e não o contrário. Conforme Mantoan (2003, p. 24), "a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças: na escola, todos aprendem a aprender". Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) reforça o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte complementar e não substitutivo ao ensino regular. Em 2026, as teorias de Vygotsky sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal são reinterpretadas através do uso de Tecnologias Assistivas, permitindo que a mediação pedagógica seja personalizada.

Vygotsky defende que a educação inclusiva deve focar nas potencialidades, não nas limitações, do aluno, utilizando mediação e interações sociais para promover o desenvolvimento. A aprendizagem é vista como um processo sócio-histórico, onde a escola deve se adaptar às necessidades do aluno, e a deficiência é considerada uma nova forma de desenvolvimento, superável por instrumentos culturais e sociais. Ele argumenta que o desenvolvimento é socialmente construído, logo, o ambiente escolar deve ser adaptado para garantir a mediação e o pleno desenvolvimento intelectual e social de todos os alunos. Em seus estudos de defectologia, propôs que a deficiência não é apenas um "defeito" físico/biológico, mas um fenômeno social. O foco deve estar no que a criança possui de potencial, usando compensações sociais e culturais para superar barreira. Dessa forma a aprendizagem ocorre pela interação (mediação) com o outro (professor/colegas).

Em resumo, a teoria de Vygotsky fornece a base para uma inclusão que transforma o ambiente para o aluno, ao invés de isolar o aluno por sua deficiência, reconhecendo seu potencial e criando as condições necessárias para seu desenvolvimento integral e participação social.

A fundamentação teórica da educação inclusiva na contemporaneidade sustenta-se no paradigma do Modelo Social da Deficiência, que desloca o foco do "impedimento orgânico" do indivíduo para as barreiras impostas pela sociedade e pelo ambiente escolar. Segundo Mantoan (2003), a inclusão não é um esforço de integração do aluno ao que já existe,

mas uma transformação profunda da própria escola para que esta reconheça a diferença como a norma, e não a exceção. Esse entendimento é reforçado pela Declaração de Salamanca (1994) e, no ordenamento jurídico brasileiro, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que estabelece o dever do Estado em assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

A metodologia para a efetivação desse referencial teórico fundamenta-se na Diferenciação Pedagógica e no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), estratégias que visam eliminar barreiras antes mesmo que elas se manifestem. Na prática, o processo inicia-se com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que mapeia as potencialidades e necessidades específicas do estudante, servindo de guia para a adaptação de materiais e objetivos curriculares. Em 2026, essa abordagem é potencializada pelo uso de Tecnologias Assistivas e recursos lúdicos, como a robótica educativa que permitem múltiplas formas de engajamento e expressão. Além disso, a metodologia prevê o Ensino Colaborativo, onde o professor regente e o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) atuam em co-docência, transformando a sala de aula em um laboratório de experiências inclusivas que respeitam o ritmo de cada aluno, conforme as diretrizes do MAISPAIC.

Segundo Paulo Freire, a educação inclusiva é um processo libertador e democrático que valoriza a diversidade como elemento enriquecedor, e não como obstáculo. Ela exige uma transformação profunda da prática escolar, pautada no diálogo, no respeito às diferenças e no acolhimento de todos os alunos, eliminando qualquer forma de exclusão.

Já Marcos José da Silveira Mazzotta foca na análise histórica e nas políticas públicas da educação especial no Brasil, defendendo um modelo de inclusão que vai além da simples inserção física do aluno na escola comum. Mazzotta, especialmente em suas publicações dos anos 80 e 90, conceitua a educação especial como um conjunto de recursos e serviços educacionais especializados. Estes devem apoiar, suplementar e, por vezes, substituir os serviços comuns, visando garantir o aprendizado e a permanência do aluno com necessidades especiais no ensino regular, e não o isolamento. O autor defende que a inclusão escolar não deve ser feita de forma excludente. A verdadeira inclusão requer que a escola esteja capacitada, ofereça recursos e adapte o currículo para atender às necessidades específicas de cada aluno.

Em resumo, a perspectiva de Mazzotta defende uma Educação Especial articulada ao sistema regular de ensino, garantindo recursos educacionais especializados para que o aluno não apenas esteja na escola, mas aprenda e participe ativamente.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos através da análise das práticas inclusivas contemporâneas revelam um cenário de avanços normativos significativos, mas que ainda operam sob tensões estruturais e pedagógicas. O Impacto das Tecnologias Assistivas na ZDP, observa-se que o uso de ferramentas como a robótica Spike/LEGO atua como um potente mediador na Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky). Os dados indicam que alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam maior engajamento e redução de crises de ansiedade quando as atividades são mediadas por suportes tecnológicos lógicos e previsíveis.

A tecnologia, portanto, não é apenas um acessório, mas uma extensão das capacidades funcionais, permitindo que o estudante demonstre competências que o ensino tradicional, baseado apenas no papel e lápis, costuma ocultar. As Barreiras Atitudinais e a Falha na Formação Docente, apesar da garantia legal da Lei Berenice Piana, a discussão revela que a barreira atitudinal ainda é o maior desafio. Muitos professores regentes relatam insegurança por falta de formação continuada específica. O resultado dessa carência é a "exclusão dentro

da inclusão", onde o aluno está presente fisicamente, mas não participa ativamente das atividades diferenciadas. Isso reforça a necessidade de o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) ser uma construção coletiva e não apenas burocrática. Eficácia do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

A aplicação de metodologias baseadas no DUA demonstra que, ao planejar a aula para a diversidade desde o início, a necessidade de adaptações individuais "emergenciais" diminui drasticamente. Os resultados sugerem que turmas que utilizam múltiplas formas de representação (como o acervo do PAIC, Prosa e Poesia em diversos formatos) apresentam melhor desempenho geral, evidenciando que a educação inclusiva melhora a qualidade do ensino para todos os alunos, e não apenas para aqueles com deficiência.

Os resultados apontam que, embora as matrículas de alunos da Educação Especial no ensino regular tenham crescido exponencialmente, a qualidade da oferta ainda é heterogênea. Os principais desafios da educação especial incluem a falta de infraestrutura acessível, escassez de materiais didáticos adaptados e tecnologia assistiva, muitas escolas não possuem ambientes adaptados ou materiais adequados para atender às necessidades de alunos com deficiências físicas, sensoriais ou cognitivas, professores frequentemente carecem de capacitação adequada para lidar com diversas deficiências, resultando em barreiras pedagógicas. Existe uma lacuna significativa na formação inicial e continuada dos professores, que se sentem despreparados para aplicar práticas inclusivas na sala de aula comum. Essas barreiras dificultam o acesso, a permanência e a participação plena dos estudantes, tornando a inclusão de fato um processo lento e contínuo.

Tabela 01 - Síntese dos Resultados

Desafio Identificado	Resultado Observado	Proposta de Superação
Rigidez Curricular	Exclusão pedagógica do aluno PcD.	Implementação do DUA e flexibilização.
Falta de Apoio Especializado	Sobrecarga do professor regente.	Fortalecimento da co-docência com o AEE.
Dificuldade de Comunicação Formação adequada	Isolamento social do aluno com TEA. Defasagem no ensino aprendizagem	Uso de Tecnologias Assistivas e robótica. Políticas publicas

Fonte: Autoras, 2026.

Considerações Finais

A análise da Educação Inclusiva na contemporaneidade permite concluir que a garantia do direito à aprendizagem de estudantes com deficiência exige uma transição definitiva do modelo de integração para o de inclusão plena. Os resultados discutidos reforçam que a importância da escola inclusiva reside não apenas no cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), mas na sua capacidade de humanizar o ambiente escolar e democratizar o acesso ao conhecimento através do respeito às singularidades.

Os desafios identificados, que abrangem desde a carência de formação docente até barreiras estruturais, evidenciam que a tecnologia, isoladamente, não resolve a exclusão. Contudo, ferramentas assertivas e metodologias baseadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) demonstram ser mediadores essenciais para potencializar a Zona de Desenvolvimento Proximal, permitindo que o aluno com deficiência manifeste habilidades que o ensino tradicional muitas vezes negligencia.

Conclui-se que a educação inclusiva na contemporaneidade exige mais do que conformidade legal; requer uma transformação cultural. O sucesso da inclusão depende da

triade: políticas públicas de financiamento, formação docente sólida e engajamento familiar. É imperativo que a escola utilize a tecnologia não como um fim, mas como um meio para garantir que a diversidade seja celebrada como uma riqueza do coletivo escolar.

PALAVRAS CHAVES: Políticas públicas; Formação adequada; Diversidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Piana).** Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC). Fortaleza: SEDUC, 2018. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

